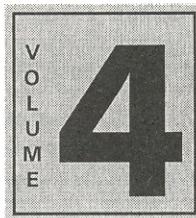


Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Meio Ambiente
Ministério da Agricultura e do Abastecimento

O Novo Rural Brasileiro

Políticas Públicas

Editores
Clayton Campanhola
José Graziano da Silva



EMBRAPA MEIO AMBIENTE.

Exemplares dessa publicação podem ser solicitados à:

Embrapa Meio Ambiente

Rodovia SP-340 - km 127,5 - Bairro Tanquinho Velho
Caixa Postal 69 13820-000 - Jaguariúna, SP
Fone: (19) 3867-8700 Fax: (19) 3867-8740
sac@cnpma.embrapa.br

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Economia
Caixa Postal 6135 13083-970 - Campinas, SP
Fone: (19) 788-5708 Fax: (19) 289-1512
public@eco.unicamp.br

Normatização: Maria Amélia de Toledo Leme.

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica: Franco Ferreira de Moraes, sob orientação de Regina Lúcia Siewert Rodrigues.

Tiragem: 500 exemplares

N945

O novo rural brasileiro: políticas públicas, volume 4 / editores Clayton Campanhola, José Graziano da Silva. – Jaguariúna, SP: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000
176p.: il. ; 23cm.

ISBN 85-85771-07-0

Inclui bibliografia

1. Trabalhadores rurais – América Latina. 2. Desenvolvimento rural – Brasil. 3. Fazendas familiares – Brasil. I. Campanhola, Clayton. II Silva, José Graziano da. III. EMBRAPA Meio Ambiente.

CDD-338.1881

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
1. LA CUESTIÓN URBANA EN EL DESARROLLO RURAL:	
elementos para una reformulación de las políticas.....	17
EL CONTEXTO GLOBAL Y SECTORIAL.....	18
El contexto macroeconómico.....	18
El contexto sectorial: heterogeneidad y mercados imperfectos y costos de transacción.....	18
Contrastes en la “lógica interna de manejo”.....	19
Los mercados rurales.....	21
Los costos de transacción.....	23
LOS ENFOQUES TRADICIONALES DEL DESARROLLO RURAL.....	25
Principales limitaciones.....	25
Migración y desarrollo rural.....	26
LA CUESTIÓN URBANA Y EL DESARROLLO RURAL.....	28
Desarrollo urbano y transformación rural.....	30
EL EMPLEO RURAL NO AGRÍCOLA (ERNA).....	32
Magnitud y significado.....	32
Determinantes del desarrollo del ERNA.....	34
DESARROLLO RURAL COMO VALORIZACIÓN	
DEL ESPACIO RURAL.....	36
La dimensión espacial o territorial.....	37
La dimensión sectorial.....	37
La dimensión social.....	38
La dimensión temporal.....	39
El enfoque en síntesis.....	39
INNOVACIÓN INSTITUCIONAL, DESCENTRALIZACIÓN	
Y PARTICIPACIÓN.....	40
Desarrollo de la institucionalidad local.....	41
Nueva institucionalidad y economía local.....	42
La ausencia de senderos de descentralización preestablecidos.....	44
BIBLIOGRAFÍA.....	45

2. POLÍTICAS PARA O NOVO MUNDO RURAL	<i>Introdução</i>
BRASILEIRO.....	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	58
3. DIRETRIZES DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA	
O NOVO RURAL BRASILEIRO: incorporando a noção	
de desenvolvimento local.....	61
DIRETRIZES DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	63
Planejamento local.....	66
Atuação das instituições públicas.....	69
Gestão participativa do território.....	71
POLÍTICAS FUNDAMENTAIS PARA O DESENVOLVIMENTO	
LOCAL NO CASO BRASILEIRO.....	74
Infra-estrutura básica.....	75
Habitação rural.....	77
Garantia de renda mínima.....	78
INSTRUMENTOS DE APOIO ESPECÍFICOS	
AO DESENVOLVIMENTO RURAL.....	81
Educação básica para a cidadania.....	81
Sistema de extensão rural e de pesquisa agropecuária.....	82
Associativismo e cooperativismo.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	89
4. PRONAF: avaliação da operacionalização do programa.....	93
CARACTERÍSTICAS DO PRONAF.....	95
PRONAF – C.....	96
Origem dos recursos.....	96
Destino dos recursos.....	97
Características dos contratos.....	100
Operacionalização dos empréstimos.....	101
Inadimplência.....	106
PRONAF – M.....	107
PRINCIPAIS QUESTÕES COLOCADAS	
NA OPERACIONALIZAÇÃO DO PRONAF.....	110
Definições de produtor familiar.....	110
Burocracia – fundo de aval.....	111
Modalidades de empréstimos.....	112
Desenvolvimento municipal.....	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	114
PERÍODICOS E DOCUMENTOS LEGAIS.....	114
ENTREVISTAS.....	115

5. POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO E O “NOVO RURAL”.....	117
AGRICULTORES FAMILIARES NO DESENVOLVIMENTO RURAL.....	117.
Contextualização.....	117
O “Novo Mundo Rural” e os agricultores familiares.....	121
SOBRE CLASSIFICAÇÕES E TIPOLOGIAS: AGRICULTORES FAMILIARES E PLURIATIVIDADE.....	126
Alguns esclarecimentos metodológicos.....	126
A família como universo de observação.....	130
Agricultura familiar como conceito	131
Agricultura familiar e política pública: o PRONAF.....	133
Uma proposta alternativa.....	136
Uma tipologia possível.....	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	148
6. UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DO PÚBLICO DO PRONAF.....	151
A NOÇÃO DE AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS ESPECIFICIDADES.....	154
ALGUMAS INDICAÇÕES PRÁTICAS PARA INSTRUMENTALIZAR A OPERACIONALIZAÇÃO DO PRONAF.....	163
UM CONTRAPONTO ÀS NOÇÕES EM VOGA SOBRE DESCENTRALIZAÇÃO: O PRONAF-M.....	167
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	172
AGRADECIMENTOS.....	173
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	173

APRESENTAÇÃO

Com a divulgação dos *microdados* das PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) pelo IBGE a partir de 1992, tornou-se possível realizar não apenas uma atualização dos dados dos anos 80 em diante, mas também uma nova caracterização da população residente no meio rural brasileiro. Com esse objetivo, apresentamos um projeto de pesquisa temático à FAPESP em 1997 - denominado sinteticamente de *Projeto Rurbano* - que visava basicamente a reconstruir séries históricas a partir dos microdados das PNADs desde 1981, relativos à população ocupada, emprego e renda.

Podemos agrupar as pesquisas desenvolvidas até agora no âmbito do *Projeto Rurbano* em duas fases. Na *Fase I*, consideramos como unidade de análise as pessoas economicamente ativas (PEA), dado que a ênfase maior era a questão da ocupação agrícola e não-agrícola. Na *Fase II*, o nosso interesse maior esteve focado na questão da pluriatividade¹ das famílias rurais e das famílias agrícolas residentes no meio urbano, o que permitiu explorar melhor o efeito das ocupações não-agrícolas sobre os rendimentos das famílias rurais e das famílias agrícolas com e sem acesso à terra.

¹ O conceito de pluriatividade permite descrever a conjunção das atividades agrícolas com outras atividades que gerem ganhos monetários e não-monetários, independentemente de serem internas ou externas à exploração agropecuária. Isso permite considerar todas as atividades exercidas por todos os membros dos domicílios, inclusive as ocupações por conta-própria, o trabalho assalariado e não-assalariado, realizados dentro e/ou fora das explorações agropecuárias. Desse modo, os conceitos de diversificação produtiva e da agricultura a tempo parcial ficam contidas no conceito de pluriatividade; como queríamos analisar todos os integrantes da família, a unidade relevante de análise passa da exploração agrícola para as famílias ou domicílios rurais nela contidos.